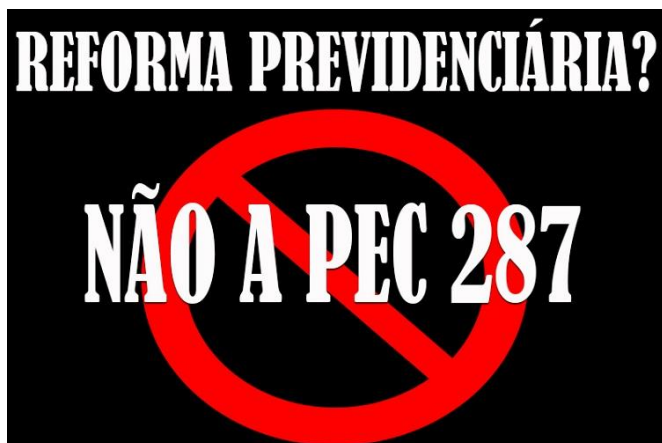




BOLETIM 491

Brasília, 11 de janeiro de 2018



Juristas convocam ato contra reforma da Previdência

As entidades que compõe a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) vão realizar no próximo dia 1º de fevereiro, quando há a abertura do ano judiciário, um ato público no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados contra a reforma da previdência (PEC 287/16) e pela valorização da Magistratura e do Ministério Público.

Dentre as entidades que compõem a Frentas estão a CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), a Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do

Trabalho) e a ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República).

A Frente aponta que a “reforma da previdência será prejudicial a toda população e o evento tem como objetivo alertar toda a sociedade, a comunidade jurídica e os parlamentares para os riscos das propostas legislativas que tendem a enfraquecer a autoridade judiciária em suas respectivas carreiras”.

A categoria vem acompanhando a tramitação da lei desde o início e fez parte do grupo de trabalho que auxiliou os trabalhos da CPI da previdência no Senado. Durante a reunião que chamou o ato, o presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, destacou a insatisfação com os andamentos dos projetos que tratam sobre a Reforma da Previdência no Congresso Nacional. “Precisamos mostrar que não estamos de acordo com o texto apresentado”, afirmou.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Falências decretadas crescem 2,9% em 2017

Segundo dados com abrangência nacional da Boa Vista SCPC, o número de falências decretadas em 2017 teve um aumento de 2,9%, em relação a 2016.

As pequenas empresas responderam por 93% das falências decretadas. As médias 5% e grandes empresas 2%. Por setor de atividade, as falências de empresas industriais responderam por 28%, o comércio 31% e setor de serviços 41% delas.



Esses números podem ainda mascarar a quantidade de falências. A Lei que regula atualmente as recuperações judiciais, no lugar das concordatas, que entrou em vigor em 2005, ao inverter a prioridade colocando o Estado como último credor a receber seus créditos, criou uma facilidade questionável e antes inexistente.

“Hoje, aproximadamente 20% das empresas em concordata conseguem se recuperar. Agora, as chances de recuperação aumentaram e podem chegar a 60%”, comentava ilustre advogado à época.

A propaganda enganosa do governo sobre as melhorias da economia não pode esconder a realidade. Uma recuperação com base na capacidade ociosa da nossa economia, que seria o primeiro passo de uma recuperação, teria como repercussão imediata o aumento dos empregos.

O que se vê é o crescimento do subemprego. Mais de meio milhão de pessoas estão vendendo comida nas ruas em busca do sustento de suas famílias. A informação é do IBGE. No terceiro trimestre do ano passado, uma legião de trabalhadores escapou da estatística do desemprego fazendo biscate nas ruas

Não haverá contas inativas do FGTS e saldo do PIS para injetar episodicamente recursos na economia como em 2017. Não há muito para se esperar uma diminuição nas falências.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Inflação abaixo da meta é manifestação de grave depressão na economia

Mesmo com país parado, governo insiste em manter o 3º maior juro real do mundo

O governo está comemorando entusiasticamente, inclusive com salamaleques especiais de ministros no Palácio, o resultado do IPCA, índice oficial da inflação, que ficou em 2,95%, em 2017. O fato é que esse número está longe de representar qualquer resultado positivo para o país. Além da economia estar no fundo do poço, a sensação da população não é a de que o país esteja com preços em queda.

Diariamente vemos aumentos seguidos de praticamente tudo, dos transportes às tarifas de energia, do gás de cozinha à gasolina, das mensalidades aos materiais escolares, etc. O próprio IBGE divulga números que desmentem a “festa” do governo e de seu cordão de puxa-sacos. Segundo o órgão, somente os itens de alimentação e bebidas tiveram números negativos em 2017 (-1,87% e -1,48% respectivamente). Os demais, habitação (+6,26%), vestuário (+2,88%), transportes (+4,1%), saúde e cuidados pessoais (+6,52%), despesas pessoais (+4,39%), educação (+7,11%) e comunicação (+1,76%) mostraram forte elevação em seus preços no ano passado.

Mas, não é isso o mais grave. Vamos admitir que o índice oficial do IPCA realmente seja



A MARCHA DO PIB ENTRE 1993 E 2009

TABELA 1: Brasil – Produto Interno Bruto 1993-2009

Ano	Em R\$ bilhões correntes	Taxa de crescimento (%)
1993	14,1	4,9
1994	349,2	5,9
1995	705,6	4,2
1996	844,0	2,2
1997	939,1	3,4
1998	979,3	0,0
1999	1.065,0	0,3
2000	1.179,5	4,3
2001	1.302,1	1,3
2002	1.477,8	2,7
2003	1.700,0	1,1

este que foi divulgado pela IBGE. A inflação baixa como está, pode muitas vezes significar uma economia estagnada ou em recessão. E é exatamente esta a realidade do Brasil de hoje. Estamos com a economia parada, o PIB próximo de zero e o desemprego em descontrole. Se levarmos em conta o trabalho informal, daquele desempregado que está se virando nas ruas das grandes cidades, guardando e lavando carros, fazendo malabarismos, vendendo comida ou simplesmente se fingindo de estátua – que o IBGE computa como “ocupados”- estamos hoje com 26 milhões de pessoas nestas condições. Destes, 12,6 milhões estão sem fazer absolutamente nada, nem “se virar” eles estão conseguindo.

Ou seja, apesar do terrorismo demagógico dos “perigos” de uma inflação alta, se ela fica muito baixa, como está ocorrendo agora – inclusive abaixo da meta – ou quando há deflação, isto é, quando ela fica negativa, aí sim isso é sinônimo de desastre econômico. Não é um sinal de melhora da economia. É o que nós estamos assistindo neste momento. E isso já ocorreu no Brasil outras vezes. O desemprego e a redução do consumo, que acompanham quadros recessivos como este derrubam os preços. Nem o fato da

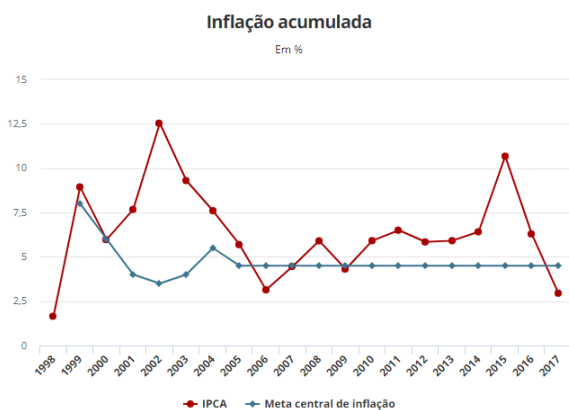
nossa economia ser monopolizada como é segura a débacle geral dos preços.

Vejamos, por exemplo, a comparação que os próprios membros do governo estão fazendo. A inflação de 2017 foi a menor desde 1998, dizem eles. Se observarmos a tabela abaixo, veremos que neste ano de 1998, em que a inflação foi de apenas 1,6%, o país estava com a economia destruída, em plena era FHC. O PIB foi de zero naquele ano. Como os banqueiros davam as cartas no governo tucano, mesmo com a produção parada, as taxas de juros permaneceram nas alturas.

Já em 2017, a inflação fechou em 2,95% e o PIB mais uma vez vai ficar no chão, próximo de 1%, na melhor das hipóteses, segundo todas as previsões. Nos dois casos, a inflação estava baixa, e isso não representou nada de positivo, ao contrário, representou exatamente um agravamento da crise econômica. Comemorar esse dado isoladamente, portanto, como está fazendo Temer & Cia, está mais para farsa do que para uma análise séria da realidade. Aliás, o que menos se faz neste governo é análise séria de qualquer coisa. A única coisa que se faz no Planalto é barganhar cargos, discutir como desviar dinheiro público e perseguir trabalhadores e aposentados.

Já o presidente do Banco Central, que define as taxas de juros – sempre com o pretexto de aumentá-la para combater a inflação – está em palpos de aranha. Ele foi cobrado sobre o fato da inflação ter ficado abaixo da meta. O piso da meta é de 3%, segundo o sistema brasileiro de metas de inflação.

Afinal, a lei determina que a inflação fique dentro da meta e não acima, nem abaixo. Ilan Goldfajn, presidente do BC, tentou justificar a



queda exagerada da inflação dizendo que isto foi fruto da redução dos juros. Ora. Mas não era exatamente o contrário? Não eram os juros altos que controlavam a inflação? Até porque, em termos de juros reais, não houve queda nenhuma nas taxas em sua gestão.

E a teimosia em manter os juros reais altos em plena crise, é uma das causas principais da paralisia geral da economia e da queda exagerada de consumo e dos preços e não o contrário como quer fazer crer o presidente do BC. Em suma, o Banco Central não tem feito outra coisa a não ser garantir juros reais bem atraentes para especuladores, para os bancos e para os demais rentistas. E fazem isso independente do que vai acontecer com a inflação e com a economia do país. Em 1998, por exemplo, a inflação estava “sob controle” e o PIB na lona, em zero, e os juros, como vimos, permaneceram acima de 20%. Naquele ano o desemprego cresceu 15% atingindo 6,6 milhões de pessoas.

No ano de 2016, a crise estava ainda mais grave. O PIB, depois de ter caído 3,8% no ano anterior (2015), desabou novamente e ficou em 3,6% negativos. E os juros nominais, apesar da grave recessão, foram mantidos irresponsavelmente em 14,25%. Isso foi feito mesmo com a economia do

país em frangalhos. E assim mesmo, a inflação ficou intocável nos 10,6%.

Qualquer lugar do mundo onde a economia entrasse em recessão, as taxas de juros seriam reduzidas imediatamente. Mas aqui elas não caíram. Enquanto isso, no mundo, os juros reais mantinham-se negativos.

Portanto agora quando a inflação ficou abaixo da meta, em 2,95%, isto não ocorreu porque o país está um espetáculo como diz Temer, mas porque a economia continuou estagnada.

O PIB ficará próximo de 1%. Apesar disso, as taxas de juros reais praticadas pelo governo atual não diferiram do governo anterior. A taxa Selic está em 7% nominais. Se descontarmos a comemorada inflação de 2,95%, os juros reais vão se manter em cerca de 4%, ou um pouco mais, vai ficar nesta ordem de grandeza, igualando-se ao da Argentina com o terceiro maior juro do mundo, perdendo apenas para a Turquia e para a Rússia.

Com esses dados de PIB, de inflação e de juros, podemos concluir que o BC não está interessado em controlar inflação coisa nenhuma. Ele está interessado mesmo é em defender os juros reais dos bancos. O ano passado, por exemplo, foram pagos só de juros do setor público para os bancos R\$ 402 bilhões.

Fonte: Portal HP

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS